



O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM SENASP: POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA SERVIDORES PENITENCIÁRIOS

*Pauline Vielmo Miranda¹
Gustavo Rissetti²*

Resumo

A Educação a Distância (EAD) vem ao longo dos anos angariando posição de destaque no processo educativo de nosso país, possibilitando novas formas de expandir a educação a lugares nunca antes pensados. A necessidade de compreensão dos processos de interatividade, direcionamento dos estudos, processos colaborativos, recursos e ferramentas utilizados pelos alunos nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), com vistas a uma melhor definição de novas práticas frente aos estudantes são alguns desafios da EAD. Dentro desta temática, podemos destacar o AVA de Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em que servidores da segurança pública federal e estadual, utilizam-se das Tecnologias da Informação e Comunicação como um modo de formação continuada. Esse trabalho teve por objetivo analisar a importância da educação a distância para a aprendizagem de servidores penitenciários que utilizam o AVA SENASP. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, que se estrutura em uma revisão bibliográfica, contextualizando a Educação a Distância, apresentando o SENASP e estudos na temática de avaliação de ambientes virtuais. O AVA pesquisado, utiliza como metodologia a abordagem construtivista, pautada na andragogia e na educação de pares. Com a oferta de cursos de formação continuada para servidores penitenciários, espera-se que o aluno tenha condições de articular o processo de trabalho e a aprendizagem de forma coerente, em relação às práticas e reflexões que atendam às necessidades de formação de cidadãos e profissionais críticos e conscientes de seu papel no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Andragogia. Formação Continuada. Segurança Pública. Tecnologias da Informação e Comunicação.

1 Introdução

A Educação a Distância (EAD) vem se destacando no processo educativo de nosso país, trazendo possibilidades de expandi-lo a lugares nunca antes pensados. Professores e alunos encontram-se fisicamente separados em tempo e espaço e utilizam-se das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas mediadoras de aprendizagem e trocas.

¹ Pós-graduada do curso de Especialização em Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação - UFSM. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica – UFSM. E-mail: pauline.v.miranda@hotmail.com

² Professor do Eixo de Informação e Comunicação do Instituto Federal Farroupilha – IFFar - Campus SVS. Mestre em Ciência da Computação – UFSM. E-mail: gustavorissetti@gmail.com



Partimos para a conceituação da EAD, definida pelo Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017), que regulamentou o artigo 80º da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1996.

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2017).

Ao percebermos a potencialidades desta mediação didático-pedagógica e da política pública de expansão da atuação da Educação a Distância nas universidades brasileiras, instituídas pelo Decreto nº 9057/2017, verificamos que surgem inúmeros desafios para a EAD.

Um desses desafios, é a necessidade de reconhecer Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), que visam direcionar os processos de interatividade e colaboração, qualificando as funções de servidores públicos. Dentro desta temática, podemos destacar o AVA da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em que servidores da segurança pública federal e estadual, utilizam-se das TICs como ferramenta para a formação continuada e profissionalização.

Por conseguinte, este artigo teve por objetivo analisar a importância da educação a distância para a aprendizagem de servidores penitenciários que utilizam o AVA SENASP, bem como as especificidades e limitações do ensino, através de uma metodologia de abordagem qualitativa e exploratória quanto aos objetivos.

Com a oferta de cursos de formação continuada para servidores penitenciários, espera-se que o aluno tenha condições de articular o processo de trabalho e a aprendizagem de forma coerente, em relação às práticas e reflexões que atendam às necessidades de formação de cidadãos e profissionais críticos e conscientes de seu papel no mundo do trabalho. Assim, torna-se possível a ação educativa que contraria, através de sua prática, todo um sistema penitenciário, que o leva a uma condição de agente não-reflexivo e acrítico, próprio de preconceitos com a profissão ligadas ao sistema prisional.

2 Metodologia

A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa e exploratória quanto aos objetivos (GIL, 2008). Optou-se pela abordagem qualitativa pois ela permite um entendimento mais detalhado do objeto de pesquisa, proporcionando resultados mais abrangentes. Se caracteriza como pesquisa exploratória, pois como afirma Andrade (2010, p. 112) esse é “o primeiro passo de todo trabalho científico, o de proporcionar informações sobre determinado assunto”.

Este trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica, que foi viabilizada utilizando-se de consultas na bibliografia pertinente à área, em periódicos científicos, anais de eventos e relatórios disponibilizados pela AVA SENASP, no primeiro semestre do ano de 2018. Segundo Gil (2008) a análise bibliográfica permite a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e mantém o padrão de qualidade da pesquisa científica.

3 A Educação a Distância

O termo EAD engloba possibilidades não-presenciais de ensino, o que é viabilizado pelas TICs, se utilizando de mídias como televisão, rádio e *internet*. É uma modalidade de ensino democrática e de relevância social, pois possibilita o acesso à educação em diferentes níveis e formas de aprendizagens e interações. Todos que desejam participar de um processo educacional e que, até então, estavam excluídos por falta de tempo e pela localização geográfica podem incluir-se a este processo.

Isso possibilita aos estudantes que estabeleçam uma comunicação colaborativa com os outros cursistas sobre os conhecimentos e práticas desenvolvidos no seu contexto profissional. Esta possibilidade de interação é descrita por Moore e Kearsley (2007):

A ideia básica de educação a distância é muito simples: alunos e professores estão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam. Estudando em locais distintos, eles dependem de algum tipo de tecnologia para transmitir informação e lhes proporcionar um meio para interagir (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 1).

Isto nos garante algumas possibilidades da EAD, como a utilização de ferramentas da Web 2.0 como viabilizadoras e democratizadoras do conhecimento e da transformação dos espaços de ensinar e aprender (BARIN e BASTOS, 2013). O que corrobora com as proposições de Bonorino e Abegg (2017, p. 204) quando afirmam que “através da educação a distância é possível transpor a ideia de capacitação com a integração das tecnologias educacionais a outros profissionais, sendo um processo contínuo e de busca por aperfeiçoamento para suprir as demandas do mundo contemporâneo”.

Mas todas essas vantagens, por vezes esbarram em alguns desafios para permanência nos cursos. Mallman et al. (2013) aponta como desafios na aprendizagem dos estudantes, a compreensão quanto ao formato do curso, a fluência tecnológica e a falta de comprometimento pessoal na conclusão das atividades. Percebemos que os desafios são grandes, mas que as possibilidades se sobrepõem, pois a EAD nos permite dinamicidade, engajamento e um ensino colaborativo, transformando o aprendizado em algo motivador e significativo.

4 A avaliação de ambientes virtuais de aprendizagem

Para tanto, é necessário propiciar um ambiente virtual que dê suporte para essa aprendizagem e viabilize os processos interativos e de autoria. Nesse contexto, os AVAs inovam o processo educativo, através das trocas, criação de novos conhecimentos entre educandos e educadores, além de propiciar recursos para auxiliar o ensino e aprendizagem.

Conceitualmente, podemos definir um AVA, como “*softwares* desenvolvidos para o gerenciamento da aprendizagem via *web* e sistemas que sintetizam a funcionalidade de *software* para comunicação mediada por computador e métodos de entrega de material de cursos *online*” (SCHLEMMER; FAGUNDES, 2000, p. 4).

Diante disso, para conhecer o seu potencial de efetividade na construção do conhecimento e desenvolvimento dos processos de autoria, colaboração e interação é necessário que se saiba avaliá-los. A avaliação de um AVA pode levar em consideração inúmeros fatores, como a aprendizagem, a usabilidade, interatividade

e especificações técnicas. Para Anjos (2016, p. 94) a avaliação de AVAS são “procedimentos significativos e colaboram para tomadas de decisão no que se refere a escolha mais apropriada de um AVA em conformidade com um curso e seu projeto pedagógico”.

Partindo para o contexto de como realizamos a avaliação AVAs, Laguardia Portela e Vasconcellos (2007) descrevem:

De modo geral, a avaliação de ambientes virtuais de aprendizagem pode tomar como base para sua investigação as condições em que a aprendizagem se realiza (estrutura), os modos pelos quais os estudantes são capazes de interagir sendo apoiados nas suas atividades (processos) e o alcance dos objetivos e das metas propostos (resultados). Contudo, a mediação da tecnologia na aprendizagem propicia formas inovadoras de conhecimento e possibilidades de documentação e análise para a avaliação (LAGUARDIA, PORTELA e VASCONCELLOS, 2007, p. 520).

Porquanto, Schlemmer e Fagundes (2000) afirmam que a avaliação deve levar em conta uma visão mais abrangente e sistêmica, quanto ao contexto humano ou dos sistemas organizacionais que apresentam o aspecto humanizador como uma das características fundamentais.

Ao mesmo tempo, no contexto de transformações nas formas de aprender e ensinar, a busca pelo aprimoramento de programas ofertados na modalidade EAD é um desdobramento natural. Desta forma, é fundamental que se avalie continuamente o processo considerando a visão dos educandos.

5 O servidor penitenciário e o Ambiente virtual de aprendizagem SENASP

Ao observar a realidade do Rio Grande do Sul, os servidores penitenciários se constituem em agentes penitenciários, agentes penitenciários administrativos e técnicos superiores penitenciários (advogados, assistentes sociais e psicólogos).

Pela Lei Complementar nº 13.259 de 2009, do Estado do Rio Grande do Sul (2009), fica decretada a qualificação de nível superior para a função de agente penitenciário, permanecendo o nível de ensino médio apenas para a área administrativa. Segundo Barcinski (2014, p. 2248) esta mudança reflete as “reivindicações de quem trabalha no sistema e que continua desempenhando



atribuições semelhantes às dos carcereiros de outras épocas, mas que percebe a necessidade de transformação e de preparo para as funções que realiza”, especialmente para torná-las mais condizentes ao ideal ressocializador do sistema prisional.

Dentre essas necessidades de transformação e preparação para o desempenho das funções, todos os servidores da área da Segurança Pública carecem de constante atualização, no que tange às práticas e rotinas diárias de trabalho, questões administrativas e alimentação de banco de informações.

Em decorrência disso, o Ambiente Virtual de Aprendizagem SENASP, foi criado em 2005, conforme a Rede (REDE EAD SENASP, 2018):

A Rede EaD-SENASP é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP criado em 2005 para viabilizar a capacitação gratuita, qualificada, integrada e continuada, independentemente das limitações geográficas e temporais, aos profissionais de segurança pública de todo o país. (REDE EAD SENASP, 2018, *on-line*).

Quanto a avaliação de sua estrutura, o AVA SENASP trata-se de uma possibilidade de formação continuada para servidores da segurança pública de todo o país, oportunizando uma alternativa de aperfeiçoamento profissional através de uma educação mediada pelas TICS.

Ademais, o AVA pesquisado, utiliza como metodologia a abordagem construtivista, pautada na andragogia e na educação de pares, onde os alunos têm possibilidade de interação aluno – conteúdo, aluno – tutor e aluno – aluno. O termo andragogia se refere “a arte e a ciência de ajudar o adulto a aprender” (CHOTGUIS, 2005, p. 1).

Paralelamente, a abordagem construtivista, segundo Ribeiro, Todescat e Jacobsen (2015, p. 3) “fomenta uma interatividade comunicacional, ou seja, com uma linguagem simétrica, possibilita ao usuário fluência e colaboração”. Ideia complementada por Schlemmer (2001) ao afirmar que a aprendizagem não ocorre pela transmissão de algo que está fora, contudo, depende do processo de interação,



da ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento, dos esquemas de significações que estabelecem a relação com o novo.

Conforme dados disponibilizados (REDE EAD SENASP, 2018), a Rede EAD-SENASP possui mais de 670 mil pessoas cadastradas e já foram efetivadas mais de 3 milhões de matrículas nos 125 cursos já disponibilizados, sendo atualmente 73 cursos tutoriados acessíveis. Os cursos são oferecidos em ciclos que acontecem três vezes ao ano, com cargas horárias que variam entre 40 e 60 horas. Em cada ciclo, os servidores que já tiverem cadastro podem se inscrever em até dois cursos e para novos cadastrados há a limitação de apenas um curso.

Os dados do Relatório Anual do SENASP de 2017 (REDE EAD SENASP, 2018) demonstram inúmeros desafios para a manutenção e ofertas de cursos, devido à grande procura. Destaca-se pelo relatório, que em 2017 foram ofertados 73 cursos a distância e foram realizadas 227.349 mil matrículas. Sendo que, 19 mil matrículas foram de servidores da região sul, demonstrando a pouca disseminação do curso na região, quando comparada às demais.

Os cursos oferecidos versam sobre as temáticas que refletem diretamente na prática da atuação no sistema prisional como o Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, Filosofia dos Direitos Humanos, Políticas Públicas, Uso Diferenciado da Força, Videomonitoramento, Mediação de Conflitos, Prevenção e Enfrentamento a Tortura, Segurança contra Incêndio, Gestão em Segurança Pública, Tópicos de Psicologia e Uso da Informação. Somadas as ofertas de cursos como Inglês, Espanhol, Português e Libras.

Observa-se pela análise inicial que o curso atende aos propósitos de formação dos servidores, através de uma metodologia de ensino andragógica compatível com seu público e que instiga a colaboração, tão necessária no desenvolver das atividades diárias dos servidores.

Entretanto, observa-se pelos dados disponibilizados o grande número de desistências do curso e baixa participação nos fóruns de discussão. Em conformidade, observa-se pelo relatório do AVA SENASP de 2017 (REDE EAD

SENASP, 2018), que a taxa de evasão dos cursos é muito elevada. Damos o destaque a nossa região sul, que dos 19 mil matriculados no ano de 2017, apenas 13 mil concluíram o curso.

Apesar destes desafios e dificuldades que permeiam a EAD e são observadas também no AVA SENASP, como os processos de evasão, baixa interatividade e desistência, existe a crescente busca dos servidores penitenciários por qualificação e atualização, que também foi alavancada pela Lei Complementar nº 13.259 de 2009. Nota-se a elevada procura por cursos da modalidade EAD para a continuidade dos estudos, visto a flexibilidade de estudar em tempo e lugares diversos.

Desta forma, percebe-se que a EAD tornou-se uma forma viável de todos os servidores penitenciários, que se interessam pelas mais diversas temáticas de capacitação, terem acesso a um curso com certificação e reconhecimento nacional, propiciado e ministrado por professores e tutores experientes na área da segurança pública.

6 Conclusões

Ao avaliarmos o AVA SENASP verificamos que ela funciona como uma ferramenta mediadora do processo de aprendizagem de servidores da segurança pública, pois abarca uma grande procura em nosso país. Ademais, possibilita uma nova abordagem ao fazer profissional dos servidores penitenciários, subsidiando através dos cursos incrementos para mudança e inovação do fazer, através de uma prática refletida da atuação.

O ensino é democrático e de fácil acesso a todos os servidores, onde os cursos são disponibilizados três vezes ao ano, conforme as necessidades formativas dos servidores. A abordagem andragógica de criação de cursos volta-se para as necessidades de aprendizagem do adulto, levando em conta a autonomia, iniciativa e contextos do aluno.

Esse trabalho, mostra-se que existem futuros desafios de avaliar de forma mais sistemática as motivações dos processos de evasão e retenção dos cursos e



sobre a aprendizagem do servidor através de estudos de campo. A EAD possibilita um campo fértil de pesquisa e alternativas diferenciadas à gestão e organização curricular de cursos, permitindo encontrar novas estratégias para permanência e êxito dos alunos nos referidos cursos, minimizando a evasão.

Referências

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.

ANJOS, R. A. V; ALONSO, K. M.; MACIEL, C. Avaliação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem: análise de alguns instrumentos e modelos constituídos. **Informática na Educação: teoria e prática**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 93 - 105, jun./set. 2016.

BARIN, C. S.; BASTOS, F.P de. Problematização dos MOOCS na atualidade: potencialidades e desafios. **Revista RENOTE**, Porto Alegre, v.11, n.3, p.1-10, dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/44707/28546>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BARCINSKI, M; ALTENBERND, B; CAMPANI, C. Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária. **Cien Saude Colet.**, n.19, v.7, p. 2245-2254, 2014.

BONORINO, L.S; ABEGG, I. Formação Profissional mediada por tecnologias educacionais em rede. In: PAVÃO, A.C.O; ROCHA, K.M (Org.). **Tecnologias Digitais em Rede: produtos e práticas inovadoras**. Editora Experimental pE.com, UFSM: Santa Maria, RS, 2017. 269 p.

BRASIL. Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 mai. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CHOTGUIS, J. **Andragogia: arte e ciência na aprendizagem do adulto**. NEAD - Universidade Federal do Paraná. Curitiba: [s/n], 2005. Disponível em: <<http://www.logisticareversa.net.br/uploads/1/6/3/0/1630201/andragogia.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

LAGUARDIA, J; PORTELA, M.C; VASCONCELLOS, M.M. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n.3, p. 513-530, set./dez. 2007.



MALLMAN, E. M et al. Mooc mediado por REA: prática da liberdade nos programas de capacitação continuada no ensino superior. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E E-LEARNING. 1., 2013, Lisboa/PT.

Anais...Lisboa/PT: Universidade Aberta LE@D, 2013. p.1-19. Disponível em: <<http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3076/1/Mooc.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2017.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007. Título Original: Distance Education: A Systems View of Online Learning.

REDE EAD SENASP (Comp.). **Relatório de Matrículas e Aprovações dos Cursos da Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública no ano de 2017**. Brasília, DF, 2018. Disponível em:

<http://portal.ead.senasp.gov.br/noticias/resultados-2017-rede-ead-senasp/view>. Acesso em: 1 mar. 2018.

RIBEIRO, F. B. V. R; TODESCAT, M.; JACOBSEN, A. L. Avaliação de ambientes virtuais de aprendizagem: uma reflexão sobre o modelo interacionista e construtivista. **Revista RENOTE**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-10, dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/61396/36308>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Complementar nº 13.259, de 20 de Outubro de 2009. Dispõe sobre o Quadro Especial de Servidores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, da Superintendência dos Serviços Penitenciários - Susepe -, criado pela Lei nº 9.228, de 1º de fevereiro de 1991, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, 21 out. 2009.

SCHLEMMER, E. **Projetos de aprendizagem baseados em problemas: uma metodologia interacionista/construtivista para formação de comunidades em ambientes virtuais de aprendizagem**. **Col@bora: Revista Digital da CVA-Ricesu**, Pelotas, v.1, n.2, p. 10-19, nov. 2001.

SCHLEMMER, E.; FAGUNDES, L. C. Uma proposta para a avaliação de ambientes virtuais de aprendizagem na sociedade em rede. **Informática na educação: teoria e prática**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 1-15, set. 2000.